

11 DE NOVEMBRO DE 2022 (sexta-feira)

## 9H00 – Receção Dos Participantes

### 9H30 | 10H30 – Abertura

- **Dr. Vítor Aleixo**, Presidente da Câmara de Loulé.
- **Dra. Neuza Gavaia**, Presidente da Delegação de Loulé da Ordem dos Advogados.
- **Juíza Desembargadora Dra. Ana Maria Marques Flórido Pinhol**, Presidente dos Tribunais Administrativos e Fiscais da Zona Sul.
- **Dra. Cristina Seruca Salgado**, Presidente do Conselho Regional de Faro da Ordem dos Advogados.
- **Prof. Doutor Luís Menezes Leitão**, Bastonário da Ordem dos Advogados.

### 10H45 | 12H45 – A divisão da propriedade para fins urbanísticos e os seus efeitos substantivos e processuais

- **Moderadora Dra. Isabel Moraes Cardoso**, Advogada.

**a)** Planos de pormenor com efeitos registais, reparcelamentos, loteamentos e destaques: os seus efeitos urbanísticos, civis e registais – **Dra. Maria do Rosário Gerales, Conselho Diretivo do Instituto dos Registos e Notariado.**

**b)** Os efeitos da execução de planos sobre os particulares: meios de reação e defesa dos expropriados e a proteção dos terceiros adquirentes de lotes criados por plano de pormenor ou decorrentes de operação de reparcelamento – **Dr. Ricardo Prehaz, Advogado.**

**c)** A nulidade dos atos de loteamento: em particular, a declaração parcial de nulidade e as nulidades consequentes – **Dra. Sandra Guerreiro, Advogada.**

### Debate

organização

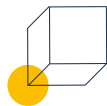


participação



apoio





## 14H30 | 16H30 – O controlo judicial das operações urbanísticas e da atividade de planeamento

• **Moderadora Dra. Isabel Abalada Matos**, Advogada.

a) A invalidade dos atos de gestão urbanística: em particular, a violação de opções próprias do plano, de normas formalmente recebidas pelo plano e a violação de servidões administrativas e restrições de utilidade pública – **Dra. Heloísa Madeira, Advogada.**

b) O contencioso dos atos de gestão urbanística e os efeitos putativos de atos nulos – **Prof. Doutor João Miranda, Faculdade de Direito de Lisboa.**

c) Racionalización del ejercicio de la potestad de planeamiento a través de su control judicial – **Prof. Doutora Zulima Sanchez Sanchez, Faculdade de Direito da Universidade de Salamanca.**

**Debate**

---

## 17H00 | 19H00 – A tutela da legalidade urbanística nos Tribunais

• **Moderadora Dra. Patrícia Costa Martins**, Juiz de Direito, TAF de Almada.

a) A defesa da legalidade urbanística por parte do Ministério Público – **Dra. Lídia Pereira, Procuradora do MP, TAF de Loulé.**

b) A regularização de operações urbanísticas – **Dr. Diogo Calado, Faculdade de Direito de Lisboa.**

c) O contencioso das medidas de tutela da legalidade urbanística – **Dra. Maria Helena Costa Filipe, Juiz de Direito, TAF de Loulé e da ERP do TAC de Lisboa.**

**Debate**

---

organização

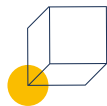


participação



apoio





## 12 DE NOVEMBRO DE 2022 (sábado)

### 9H30 | 11H00 – A reabilitação de edificações e a proteção do “existente”

• **Moderador Dr. Paulo Jorge Gomes**, Juiz de Direito, TAF de Loulé.

a) A reabilitação urbana nos centros históricos e o património cultural imóvel: problemas e desafios – **Arq. Teresa Valente, Câmara Municipal de Faro**.

b) A superveniência de normas de planeamento e a proteção do “existente”: em particular, os casos de ampliação/reconstrução de ruínas, de destruição de fachada e de reconstrução total – **Dra. Cláudia Monteiro, Juiz de Direito, TAF de Loulé**.

b) A proteção do existente, entre o urbanismo e o ambiente costeiro – **Dr. Neves Pereira, ESGHT-UALG**.

#### Debate

### 11H15 | 12H45 – Empreendimentos turísticos e alojamento local

• **Moderadora Dra. Sofia Nogueira Pinto**, Juiz de Direito, TAF de Loulé.

a) Regularização de empreendimentos turísticos e propriedade plural – **Dr. Gonçalo Reino Pires, Advogado**.

b) O alojamento local no direito civil e no direito do urbanismo – em particular, o alojamento local em imóveis constituídos em propriedade horizontal – **Dr. Afonso Ribeiro Café, Advogado**.

#### Debate

### 12H45 | 13H15 – Encerramento

organização



Conselho Regional  
de Faro



Delegação de Loulé da  
Ordem dos Advogados

participação



SMMP  
Associação de Municípios  
do Alentejo



asjp

apoio



Loulé  
Concelho

